



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

PLANO DE TRABALHO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 30879420240054-003584/2024

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Nome da autoridade competente: Moisés Savian

Número do CPF: ***.777.129-**

Nome da Secretaria/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria Nº 2.247, de 05 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 67, Seção 2, Página 3

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT - UG/GESTÃO: 490052/00001

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Nome da autoridade competente: Maria José de Sena.

Cargo: Reitora

Número do CPF: ***.874.104-**

Nome da Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade Federal Rural de Pernambuco - Departamento de Ciências Sociais - DECISO

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decretos de 16 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial da União – DOU, Seção 2 (Atos do Poder Executivo), Página 1, Edição nº 95 de 17 de maio de 2024.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE - UG/GESTÃO: 153165/15239

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE - UG/GESTÃO: 153165/15239

3. OBJETO

Apoiar e executar ações do Projeto Dom Hélder Câmara III (PDHC III) em territórios rurais do semiárido brasileiro, com o desenvolvimento de metodologias participativas e realização de atividades que promovam a segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à pobreza e às mudanças climáticas na agricultura familiar, fortalecimento das ações dos colegiados territoriais, dando especial atenção às mulheres e juventudes de PCTs e indígenas, assentados (as) da reforma agrária e crédito fundiário.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO:

Executar o Projeto Dom Hélder Câmara III (PDHC III), como uma ação integrada que propõe articular e fortalecer as ações junto a territórios rurais do semiárido brasileiro, dando atenção especial às mulheres, jovens, PCTs indígenas e assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário, agricultores/as familiares, mediante atividades que promovam uma melhor efetividade das ações do PDHC III, fortalecendo as organizações sociais e as redes sociotécnicas, levando em consideração os territórios e seus atores em sua diversidade e singularidades, dando especial atenção aos colegiados territoriais como espaço privilegiado para a concertação de políticas públicas.

Para tal, propomos ações que convergem a partir de 5 eixos centrais, articuladas aos componentes/subcomponentes do PDHC III: i) Fortalecimento institucional e territorial; ii) Fortalecimento produtivo e econômico de mulheres e juventudes com acesso a mercados e autonomia econômica com ênfase nas comunidades de PCTs, indígenas e assentados (as) da reforma agrária e do

crédito fundiário com adequação de agroindústrias de grupos produtivos às normas e regras para acesso a mercados e compra de equipamentos; iii) Formação/qualificação da ATER e construção do conhecimento agroecológico; iv) Mobilização, comunicação e fortalecimentos das juventudes; v) Promoção da transição agroecológica e acesso às tecnologias sociais, dando ênfase aos quintais produtivos e as experiências coletivas de organização política e social, a exemplo das “comunidades resilientes” (trata-se de uma metodologia organizada pelo Polo da Borborema e pela AS-PTA que busca adensar as trajetórias de inovação socioecológicas na escala da comunidade e dos agroecossistemas, buscando conferir maiores capacidades de resiliência aos extremos climáticos). Outra tecnologia a ser implementada é o Reaatingamento que visa inverter os efeitos da desertificação da Caatinga, metodologia que vem sendo desenvolvida pelo IRPAA da Bahia, juntamente com as organizações da Rede ATER Nordeste.

Essas dimensões serão centrais para a entrada e animação dos e nos territórios envolvidos no PDHC III e para a construção de estratégias de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, em que as mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, das terras, águas e florestas do semiárido brasileiro, sejam sujeitos centrais no ciclo de implementação do PDHC III e na territorialização das políticas públicas, no enfrentamento à fome e à pobreza e que dê respostas efetivas às mudanças climáticas.

Os 10 estados do PDHC III terão envolvimento no projeto através dos articuladores estaduais que ficarão responsáveis por, dentre outras atividades, absorver e incorporar nos seus estados a metodologia da abordagem territorial a ser desenvolvida, junto às respectivas Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário (SFDA). Entretanto, nesta fase inicial, seis estados participarão das ações finalísticas previstas no TED, sendo eles: Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Bahia e Sergipe. Pretende-se, com isso, obter ferramentas que possam atender, também, por meio de outros instrumentos de execução, os demais territórios participantes do PDHC III com base na metodologia em desenvolvimento nesta celebração. Em cada estado serão realizadas atividades nos territórios e nos colegiados territoriais, a serem escolhidos juntamente com a SFDT e as SFDA, totalizando 14 territórios rurais.

As atividades têm como alvo atingir 50% de mulheres, 30% de jovens e 7% de PCTs e de assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário, visto que são os públicos prioritários do PDHC III, além do público geral da agricultura familiar. Para tal, propomos desenvolver as ações em 5 metas, apresentadas a seguir:

META 1: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR METODOLOGIA ATIVA E PARTICIPATIVA PARA FORTALECER A ATUAÇÃO DO PDHC III NOS TERRITÓRIOS RURAIS.

A meta 1 está vinculada ao componente 2 do PDHC III - “COMPONENTE 2: FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES, INOVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO”; Subcomponente 2.1: Inovação e fortalecimento de capacidades; Subcomponente 2.3: Gestão do conhecimento, Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) e diálogo de política.

Desenvolver uma metodologia ativa e participativa para fortalecer a atuação do PDHC III nos territórios de forma coordenada com a SFDT/MDA, as Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário dos estados e colegiados territoriais, com foco na superação das desigualdades de gênero, geração e étnico-raciais, organizado de maneira que possibilite ao PDHC III replicar essa abordagem aos demais territórios do projeto. A metodologia deverá dialogar com a política nacional de desenvolvimento territorial, contendo o detalhamento da estratégia, das atividades realizadas, bem como dos objetivos alcançados. Para tanto, prevê-se, entre outras ações:

- a) Realização de um diagnóstico com levantamento de informações sobre os recursos territoriais específicos (materiais e imateriais), os saberes, modos de vida e práticas tradicionais, as redes e organizações dos territórios, PCTs e assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário e às alternativas de geração de renda da agricultura familiar socialmente justas e inclusivas, características das famílias alcançadas pelo PDHC III: Gênero, faixa etária, nº de membros na família, níveis de escolaridade etc, Perfil produtivo das famílias: principais produtos, padrão de renda etc; dentre outros indicadores que nos permitam não apenas conhecer as famílias e os grupos beneficiários do projeto, mas construir estratégias locais que fortalecem seus modos de vida, de existência e sentido.
- b) Sistematização, em diálogo com os colegiados territoriais, das demandas dos grupos produtivos e econômicos de mulheres e juventudes, relacionados ao fortalecimento institucional, acesso aos mercados, agregação de valor e promoção de sua autonomia econômica e social, com ênfase nas comunidades de PCTs e indígenas com demanda por adequação de agroindústrias e grupos produtivos de mulheres;
- c) Realização de um planejamento territorial participativo do PDHC III e sua implementação, apoiando a construção participativa dos Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTS), com foco no Plano Safra;
- d) Fortalecimento institucional dos colegiados territoriais e a promoção da participação dos diferentes segmentos e movimentos sociais representativos da diversidade da agricultura familiar dos territórios nesses espaços;
- e) Realização de seminários e oficinas sobre as políticas públicas para os públicos prioritários e as políticas públicas da agricultura familiar.

META 2: ELABORAR E IMPLEMENTAR UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA CADA TERRITÓRIO RURAL.

A meta 2 está vinculada ao componente 2 do PDHC III: “COMPONENTE 2: FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES, INOVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO”; Subcomponente 2.2: Fortalecimento de capacidades dos jovens; Subcomponente 2.3: Gestão do conhecimento, Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) e diálogo de política.

Elaboração e implementação de uma estratégia de mobilização e comunicação para cada território rural, através de:

- a) Formulação e implementação de uma estratégia de divulgação do projeto;

- b) Realização de curso de letramento digital para jovens Agentes Comunicadores Rurais (ACRs);
- c) Produção de conteúdos interativos e informativos com temas variados ao longo do projeto.

META 3: ELABORAR PLANOS E IMPLEMENTAR INVESTIMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS E GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES E COMUNIDADES RESILIENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

A meta 3 está vinculada ao componente 1 do PDHC III: “COMPONENTE 1: PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NUMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA”; Subcomponente 1.2: Fortalecimento de capacidades de acesso aos mercados.

Elaboração ou adequação de planos, em diálogo com os colegiados territoriais, para adequação de agroindústrias e grupos produtivos de mulheres e comunidades resilientes às mudanças climáticas, visando o acesso aos mercados, a agregação de valor, a adequação à legislação sanitária e a resiliência climática.

Para tanto, prevê-se:

- a) Elaborar ou adequar estudos e planos de viabilidade econômica, adequação sanitária, acesso a mercados, entre outros, das agroindústrias familiares ou cooperadas e grupos produtivos de mulheres, conforme a demanda e em diálogo com os Colegiados Territoriais;
- b) Realizar pesquisa de campo para identificação e levantamento de demandas energéticas e hídrica das comunidades resilientes às mudanças climáticas;
- c) Adequar a situação jurídica das associações e grupos produtivos para viabilizar o acesso a mercados, em diálogo com os colegiados territoriais.

Ainda, considerando os planos e estudos elaborados, prevê-se implementar ações e investimentos para adequação de agroindústrias de grupos produtivos de mulheres e comunidades resilientes às mudanças climáticas, objetivando garantir a SAN, enfrentar a pobreza energética, melhorar a qualidade de vida das agricultoras/es, promover a geração de renda, prevê-se:

- a) Implementação de 6 unidades referenciais experimentais de tecnologias sociais para convivência com o semiárido brasileiro, uma por estado;
- b) Formação e capacitação de agentes locais em Gestão Energética e Gestão Hídrica;
- c) Implementação de investimentos em agroindústrias e grupos produtivos de mulheres visando a adequação sanitária, agregação de valor e acesso a mercados, conforme os estudos e planos elaborados, em diálogo com os Colegiados Territoriais;
- d) Implementação de 6 unidades referenciais e experimentais do Projeto Reaatingamento com mulheres da Caatinga, uma por estado;
- e) Realização de intercâmbios entre experiências de comercialização justa e solidária.

META 4: OFERTAR PROCESSOS FORMATIVOS E DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ATER AGROECOLÓGICA.

A meta 4 está vinculada ao componente 2 do PDHC III: “COMPONENTE 2: FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES, INOVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO”; Subcomponente 2.1: Inovação e fortalecimento de capacidades.

Ofertar processos formativos e de construção do conhecimento agroecológico para extensionistas, juventudes, agricultores/as experimentadores/as e lideranças através de cursos de especialização e extensão, formatados em conjunto com o MDA, com agenda integrada às realidades dos territórios e coma realização de atividades práticas presenciais junto ao público prioritário do PDHC III.

Para esta meta está previsto:

- a) Realização de um curso de Especialização, de 360h para 140 Técnicos/as de ATER, agricultores/as e lideranças de forma presencial e EAD;
- b) Realização de um curso de Extensão de 360h para 200 Técnicos/as de ATER, juventudes, agricultores/as experimentadores/as e lideranças de forma presencial e EAD;
- c) Realização de oficinas sobre as Cadernetas Agroecológicas e pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico (28 oficinas para 30 pessoas com duração de 2 dias);
- d) Realização de Oficinas com temas variados em interface com ATER e o método Lume (28 oficinas para 30 pessoas com duração de 2 dias);
- e) Sistematização experiências, elaboração e distribuição de cartilha sobre temas variados em interface com ATER e Consultoria do Observatório; Sistematização das cadernetas agroecológicas; Sistematização de 14 experiências do método LUME e elaboração de um Ebook.

META 5: MONITORAR E AVALIAR O PDHC.

A meta 5 pode ser vinculada ao componente 3 do PDHCIII: “COMPONENTE 3: GESTÃO DO PROJETO E M&A”; Subcomponente 3.2: Monitoramento e Avaliação (M&A).

Coletar dados estruturados de acompanhamento do projeto e realizar oficinas territoriais que permitam fornecer indicadores para o monitoramento e a avaliação do projeto, bem como a circulação de informações e saberes entre os sujeitos participantes das ações nos territórios. A metodologia de coleta e circulação de informações para tomada de decisão e de controle social será elaborada de forma conjunta entre UFRPE e MDA, levando em consideração os indicadores do Marco Lógico do PDHC III.

Para tanto, prevê-se:

- a) Desenvolvimento de um sistema/APP de informações territoriais e monitoramento do PDHC III.
- b) Realização de oficinas territoriais de monitoramento e avaliação do PDHC III.
- c) Sistematização das oficinas de avaliação e elaboração de relatório parcial e final.

META 6: GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO.

A gestão administrativa e financeira do TED será realizada por meio de Fundação de Apoio, em conformidade com as normas, regulamentos e boas práticas, incluindo planejamento, justificativa, transparência, pesquisa de preço, vinculação do gasto às necessidades do projeto, documentação, registro, controle interno, prestação de contas e demais instrumentos cabíveis.

Considerando a complexidade das ações e o número de profissionais e equipes previstas, o desafio de sua integração às demais estratégias e instrumentos de execução do PDHC III, bem como a diversidade de atores que serão mobilizados no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações, prevê-se a realização de uma oficina de trabalho entre MDA e UFRPE para alinhamento dos papéis, responsabilidades e fluxos de comunicação, prévia ao início das atividades.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), por meio da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT), é responsável pela coordenação do projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), executado com recursos do Governo Federal por meio de um acordo de empréstimo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

A terceira etapa do PDHC está em fase de desenho e planejamento, envolvendo um amplo leque de atores governamentais e da sociedade civil, e tem previsão para iniciar sua implementação no 2º semestre de 2024, com duração até 2030. O PDHC III tem como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar e nutricional na agricultura familiar, bem como das desigualdades de gênero, geração e étnico-raciais, no Semiárido do Nordeste e de Minas Gerais, por meio do acesso a políticas públicas, inovações tecnológicas e recursos que promovam sistemas alimentares sustentáveis, biodiversos e resilientes ao clima.

O Projeto será planejado e implementado segundo a abordagem territorial de desenvolvimento rural sustentável, considerando o território rural como unidade de referência e buscando promover a participação social, a integração de políticas públicas e o fortalecimento da articulação federativa. Serão atendidas cerca de 90 mil famílias da agricultura familiar no Semiárido de todos os estados do Nordeste e de Minas Gerais, em até 30 territórios rurais, com um orçamento direto do MDA de aproximadamente R\$ 230 milhões (US\$ 45 milhões), composto por recursos oriundos do acordo de empréstimo junto ao FIDA e de contrapartida nacional.

Como parte da atual fase de desenho e planejamento das ações do Projeto, o MDA e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) iniciaram tratativas com o intuito de estabelecer uma parceria para execução de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua, que contribuam para o início da implementação do PDHC III em territórios rurais do semiárido nordestino.

A proposta apresentada é fruto de uma articulação entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, Rede ATER Nordeste e um Consórcio de Instituições de ensino, coordenado pela UFRPE e visa fortalecer a participação social nos colegiados territoriais para incidência no ciclo de implementação do PDHC III, bem como as ações em diferentes campos do conhecimento na ATER, contando com os acúmulos das organizações parceiras sobre os temas, mas, sobretudo, com o reconhecimento destas organizações e instituições nos territórios que atuam junto às comunidades e o público beneficiado diretamente com a proposta, numa trajetória consolidada, tanto na ação e execução de políticas públicas e projetos sócio ambientais, quanto no desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão, que em parceria forte e de confiança, fortalecem as ações desenvolvidas por todos estes atores, visibilizando a potência e a força da agricultura familiar e camponesa no semiárido brasileiro.

Desde a fundação da Escola Superior de Agricultura, em 1912, até hoje, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tem alcançado excelentes resultados devido aos investimentos em ações de ensino, pesquisa e extensão e à visão empreendedora da Instituição e a reafirmação de seu compromisso e papel social, como instituição pública no nordeste do Brasil. A UFRPE desenvolve suas atividades voltadas para a busca intensa do conhecimento científico e ações de extensão, e no ensino crítico, nas áreas de Ciências Agrárias, Humanas e Sociais, Biológicas, Exatas e da Terra, tanto para a evolução educacional e tecnológica do Estado quanto para atender as necessidades e anseios da sociedade brasileira, se reafirmando como uma instituição que está a serviço do desenvolvimento do Brasil.

A Instituição é sediada no Campus de Dois Irmãos, no Recife, e tem suas ações estendidas por todo o estado através das unidades Acadêmicas de Serra Talhada (UAST), Belo Jardim (UABJ), Cabo de Santo Agostinho e dos campi avançados, ou seja, extensões situadas no Litoral, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão de Pernambuco. A integração entre o corpo discente e o docente -

quase todo constituído por mestres e doutores com formação em universidades renomadas - e a intensa atividade de pesquisa e extensão fazem da Universidade um centro de excelência nacional nas áreas em que atua.

A Universidade Rural possui ainda órgãos suplementares em outras regiões. No litoral, na ilha da Coroa do Avião, está instalada a Estação de Estudos Sobre Aves Migratórias e Recursos Ambientais; na Zona da Mata, localizam-se a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, a Estação Experimental de Pequenos Animais e a Estação Ecológica do Tapacurá; na Zona do Agreste encontra-se a Clínica de Bovinos, e, no Sertão, encontram-se duas Estações de apoio ao trabalho com agricultura e pecuária nas condições do semiárido brasileiro. A UFRPE, institucionalmente, desenvolve um conjunto de projetos voltados para pesquisa e extensão no país, muitos deles com apoio financeiro do CNPq, o que dispensa uma descrição deles.

Para a execução das atividades propostas por este projeto buscaremos realizar atividades que possibilitem fortalecer os trabalhos que as organizações parceiras já vinham desenvolvendo em diversos territórios, potencializando as ações territoriais, mas ampliando com novos grupos beneficiários, sobretudo mulheres e juventudes, de forma a aumentar a atuação do PDHC III, bem como fortalecer o tecido social dos territórios.

Para tal, buscaremos a convergência de ações sociais e políticas nos territórios, através dos colegiados territoriais, para fortalecer a rede sócio-técnica e política de cada território, favorecendo uma maior e melhor incidência política, a partir do desenvolvimento de capacidade e potencialidades de cada ator envolvido. Importante frisar aqui, a intenção de alinhamento desta proposta com o referencial conceitual e metodológico da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial do MDA, incluindo os papéis dos Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADTs) e outros atores envolvidos nos processos territoriais, de modo que essa parceria dialogue diretamente com as políticas executadas pelo Governo Federal. Para tanto, inclui-se nesta dinâmica, reuniões virtuais de alinhamento periódicas com a Unidade Gestora do Projeto (UGP/PDHC) e aprovação pelo MDA dos produtos previstos.

A ideia é a construção de uma **Rede de ação territorial do PDHC III** que articule os colegiados territoriais e os grupos beneficiários dos projetos, juntamente com outros atores locais e regionais, buscando a concertação e construção de novos ambientes políticos institucionais no semiárido brasileiro, considerando as ações desde uma escala local (aqui reconhecendo o local como o espaço de ação da família/comunidade/território/colegiado) à escala regional e nacional, dando novos sentidos às ações das políticas públicas, o que fortalece o processo de democratização da sociedade brasileira.

Destaca-se que nos últimos anos a UFRPE se propôs a atualizar suas normativas e resoluções, favorecendo e fortalecendo suas ações em parceria com as organizações não governamentais e governamentais, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, cooperativas, associações e a comunidade, possibilitando cooperação em diversos âmbitos, locais, regionais e internacionais. Além da colaboração entre instituições distintas, o novo marco regulatório da UFRPE permite a atribuição de bolsas de ensino, pesquisa e

extensão a agentes externos à instituição. Outro avanço oriundo da descentralização de recursos é a aquisição e a doação de equipamentos que permitem o melhor desenvolvimento dos projetos e fortalecimento das parcerias perante os agentes de desenvolvimento locais e o público-alvo dos projetos.

O GT Mulheres da ANA representa um espaço de articulação de âmbito nacional que envolve organizações, movimentos sociais e redes que atuam no campo agroecológico no Brasil, com ações voltadas para as mulheres rurais e urbanas, na perspectiva feminista e agroecológica. Integram o GT Mulheres da ANA os movimentos sociais mistos, dos povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais de mulheres, organizações mistas e feministas e as redes regionais como a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA); Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Rede ECOVIDA, na região sul, e Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia da região Sudeste (GTGASE).

A Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste (REDE), composta por um amplo leque de atores sociais, entre eles estão as 3 universidades Federais, 22 ONGs do campo agroecológico, 3 movimentos sociais feministas como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural –MMTR-NE, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB, Movimento das Mulheres Camponesas –MMC e 2 movimentos mistos como o Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –MST. A REDE foi fundada em 2014 e atua a partir de ações articuladas com atores nos territórios da região nordeste do Brasil nos seguintes eixos temáticos: elaboração e proposição de políticas públicas; construção de metodologias participativas; análises e sistematização de experiências e processos de formação e capacitação de grupos de mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, especialmente no contexto do sistema de ATER, visando sua qualificação.

A Rede Ater Nordeste de Agroecologia é uma articulação de organizações não governamentais atuantes em 06 estados do Nordeste brasileiro, todas integradas à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)[1]. Foi criada em 2003 com o objetivo de favorecer processos de aprendizagem mútua entre entidades prestadoras de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural orientados pela perspectiva agroecológica. A rede constituiu-se também como espaço organizativo com vistas a coordenar a participação das organizações em arenas oficiais de governança de políticas públicas para a agricultura familiar, notadamente as políticas de ATER.

A UFRPE já tem vasta experiência como coordenação de ações conjuntas com outras instituições. Assim, para esta ação, propomos que seja oficializada uma parceria para ações em cooperação com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira – UNILAB em redenção no Ceará, Universidade Federal do Piauí- UFPI no campus de Bom Jesus e Teresina, Instituto Nacional do Semiárido – INSA, Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, de Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, EMBRAPA Caprino e Ovino – Sobral/Ceará, EMBRAPA Algodão em Campina Grande, Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB campus Amargosa, Universidade de Sergipe – UFS, campus Sertão, Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Campus Bananeiras; IFPB Campus Souza, Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, Instituto Federal do Sertão IF Sertão PE, IFPE Campus Vitória de Santo Antão, Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial –UFRPE/UNIVASF e UNEB, Universidade do Delta do Parnaíba – UFDP, Programa Mestrado em Extensão Rural UNIVASF e UFRPE e Programa de Mestrado em Ciências Sociais – UFRPE, conformando uma importante Rede de Pesquisa e Inovação fundamental para o fortalecimento das ações territoriais.

Além das parcerias das Instituições de ensino e pesquisa acima elencadas, também temos ampla capacidade de articulação com diversos outros atores, como movimentos sociais do campo, movimentos feministas, redes e organizações não governamentais em diversos estados de atuação desta proposta.

Apresentado o poder de atuação e articulação do grupo proponente, é preciso lembrar que todas as ações propostas aqui serão implementadas de forma que garanta a sua sustentabilidade e continuidade, visto que são ações que trazem profundas mudanças sociais e econômicas para as mulheres rurais, jovens e povos e comunidades tradicionais. E destacamos que todas as atividades propostas se articulam de forma a retroalimentar as ações de Monitoramento e Avaliação do projeto, pilar importante para mensurar os resultados das ações e qualificar os materiais de comunicação.

Ressalta-se que as atividades de gestão de conhecimento servem como um elo que une as diversas ações estratégicas, uma vez que haverá um cuidado para sistematizar e socializar os acúmulos e aprendizados nas inovações metodológicas e tecnológicas por meio de diversos produtos de comunicação social. Isso é um processo fundamental para garantir a transparência do uso do recurso público, bem como aproximar a sociedade das ações do Estado, sendo um fator determinante para a garantia do processo de democratização da sociedade brasileira.

Essas ações estão centradas no princípio da transparência e da responsabilidade fiscal, de forma que o processo de monitoramento e avaliação das ações sejam compartilhados em forma de relatórios, listas de presenças, fotos das atividades, webinários e que sejam validadas no âmbito dos colegiados territoriais, com a equipe do PDHC III e órgãos financiadores externos.

Teremos uma página do Projeto no sítio da UFRPE, bem como criação de um instagram e facebook (meio ainda bastante utilizado pelos agricultores/as) do Projeto. Essas redes sociais serão alimentadas pelos Jovens ACR do Projeto, sob supervisão de uma equipe de comunicação, de forma a visibilizar as atividades desenvolvidas nos territórios. Considerando a existência de outros projetos em andamento nesta instituição, serão pensados mecanismos para evitar a sobreposição de bolsas com as de outros projetos já existentes, de modo que o PDHC se some a outras ações, alcançando novos beneficiários e novos colaboradores, garantindo então, que o recurso alcance um maior número de pessoas.

É importante ressaltar que todas as atividades desenvolvidas no projeto passam pela aprovação da Procuradoria Jurídica da UFRPE, da análise técnica do Núcleo de Relações institucionais – NURI/UFRPE e são executadas pela Fundação Apolônio Sales - FADURPE/UFRPE, que também tem o projeto analisado pela sua Procuradoria Jurídica e equipe técnica. Também temos a designação de um fiscal interno da UFRPE, que tem o papel de atestar todas atividades, faturas, relatórios de bolsas, dentre outras.

Todos os projetos passam por auditoria e entregamos relatórios financeiros e de execução das atividades semestralmente, o que possibilita um monitoramento e avaliação com maior transparência e de forma que não se acumule para ser apenas uma avaliação final. Propomos que sejam realizadas avaliações de meio e fim.

Temos prevista a criação de um Comitê Gestor do Projeto, formado pela UFRPE, representante do Consórcio das Universidades, MDA/SDT, 01 representante das Superintendências do MDA nos estados, os Agentes de desenvolvimento territorial - ADTs (que serão bolsistas do projeto) de cada território.

Além do Comitê Gestor, prevemos a criação de Grupos de Trabalho, como o GT de Gestão; GT de Construção do conhecimento; GT de mobilização, arte e cultura; GT de Mulheres; GT Juventudes e GT Comunicação. Esses GTs possibilitarão uma maior apropriação do Projeto como um processo fortalecedor e de descentralização, que possibilita uma boa governança do mesmo.

Destaca-se ainda que todos os gastos como pagamentos de diárias, pagamento de bolsas, aluguel de carros, pagamento de combustível, compras de equipamentos, contratação de PJ, dentre outros, estão previstos no instrumento do TED, e seguem as mesmas exigências para prestação de contas: solicitação por ofício pela coordenação geral do projeto (apresentando a Meta e item a que se refere a atividade), relatório de atividades com lista de presença e fotos, relatório mensal dos bolsistas com análise e assinatura da

coordenação e do fiscal do projeto. Quanto à realização dos seminários, oficinas e encontros, a proposta prevê a adoção de uma metodologia participativa, com previsão de execução em locais sem custo para locação, sendo as diárias disponibilizadas compatíveis com os dias da efetiva realização dos eventos e deslocamentos necessários. Para uso das diárias seguimos as normativas da UFRPE que podem ser acessadas no sítio da própria instituição (<http://www.proad.ufrpe.br/br/ccdp-legislacoes>).

Sobre as compras e contratação de PJ, a FADURPE segue todas as normas e leis exigidas para tal, como abertura de editais e licitações que são publicadas em DOU.

Está previsto a criação de uma plataforma e um aplicativo, que possibilitará que os/as agricultores tenham informações sobre colegiados territoriais, como formato, data de reuniões, atividades previstas. (esse aplicativo será um dos produtos deste projeto).

O aplicativo móvel previsto para ser desenvolvido nesse TED tem como objetivo fornecer diretamente para os agentes de ATER, beneficiados e membros dos colegiados territoriais informações que contribuam para a melhoria das ações específicas realizadas no âmbito do projeto. Ademais, esse aplicativo também será responsável pela coleta de parte das informações que serão usadas para o monitoramento e avaliação das ações do PDHC III.

A equipe associada ao desenvolvimento do sistema, especialmente os membros responsáveis pelo levantamento de requisitos e análise, atuarão em conjunto com os stakeholders (população, gestores do MDA, agentes de ATER etc.), a fim de determinar que ações e processos podem ser facilitados através de funcionalidades a serem desenvolvidas no app. Além do suporte direto fornecido pelo app, os dados coletados serão disponibilizados para que sistemas de suporte à decisão possam utilizá-los. Informações como as ações do programa, eventos, reuniões do colegiado e cursos poderão ser coletadas por bolsistas do projeto e em seguida servir de insumo para a própria população atendida. Além dos dados coletados pelo próprio aplicativo, também poderão ser utilizados dados coletados e consolidados a partir de fontes externas e consumidas por meio de sistemas do próprio MDA, com o objetivo de prover uma informação mais qualificada.

Sempre que possível serão utilizados softwares livres, de código aberto e/ou gratuitos no desenvolvimento do sistema. Nesse sentido, o aplicativo será desenvolvido com linguagens de programação gratuitas e compatível com o sistema Android. Durante a execução do projeto, esse será implantado em uma nuvem pública, com o objetivo de garantir a sua disponibilidade, estabilidade e eficiência no desenvolvimento. Assim, evita-se a dependência dos já limitados recursos de infraestrutura e pessoal do MDA que teriam que estar disponíveis durante todo o tempo de execução do projeto. Salienta-se que a arquitetura definida deve permitir a migração dos servidores para a infraestrutura do MDA, a fim de garantir a permanência na prestação dos serviços. Assim, ficará facultado ao ministério manter os serviços na nuvem pública, mediante manutenção dos recursos financeiros para este fim, ou migrar para sua infraestrutura própria.

O aplicativo possui inicialmente três objetivos principais associados: apoio aos colegiados (metas 1 e 2); apoio à implementação da caderneta agroecológica (metas 3 e 4); e apoio ao processo formativo (meta 5).

Visando apoiar e disseminar as informações dos colegiados territoriais, em linha com as metas 1 e 2, o aplicativo permitirá a coleta de dados diretamente dos territórios e colegiados, incluindo informações sobre recursos materiais e imateriais, saberes tradicionais, redes locais, e demandas dos grupos produtivos de mulheres e juventudes. Também poderão ser coletadas e disponibilizadas informações para auxiliar no engajamento e comunicação com os territórios, especialmente com relação aos eventos e reuniões do colegiado.

Considerando as metas 3 e 4, o foco é a implementação da caderneta agroecológica. Com isso, será possível sistematizar o método proposto de forma a coletar os dados e disponibilizá-los para posterior uso pelos sistemas de monitoramento do MDA. Já a meta 5 será contemplada através do cadastro e divulgação dos processos formativos que serão realizados ao longo do projeto.

Por fim, a motivação para a execução dos créditos orçamentários pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) se enquadra no que está previsto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.426/2020:

Art. 3º A descentralização de créditos orçamentários de que trata este Decreto será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;

(...)

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Justificativa: A opção de forma de execução descentralizada justifica-se porque a UFRPE contratará Fundação registrada e credenciada como Fundação de apoio que visa a dar suporte a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da UFRPE, para apoio técnico e gestão administrativa/financeira necessários à execução do projeto. Esse procedimento está de acordo ao estabelecido no Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, para que realizem convênios e contratos, nos termos do inciso XV do artigo 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, por prazo determinado, com finalidade de dar apoio à gestão administrativa e financeira estritamente necessária para execução do projeto. Diante disso, para que a UFRPE possa viabilizar a execução do projeto com apoio da Fundação Apolônio Salles – FADURPE, fundação credenciada a UFRPE, é necessária a descentralização.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto da descentralização?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado, conforme art. 20, VI do Decreto 10426/2020: Fundação Apolônio Sales (FADURPE) no valor de R\$ 819.961,70 e assessoria contábil, jurídica e financeira no valor de R\$ 412.200,00, totalizando R\$ 1.232.161,70 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e um reais e setenta centavos).

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Metas	Submetas	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Início	Fim
1. DESENVOLVER E IMPLEMENTAR METODOLOGIA ATIVA E PARTICIPATIVA PARA FORTALECER A ATUAÇÃO DO PDHC III NOS TERRITÓRIOS RURAIS	1.1. Desenvolver uma metodologia ativa e participativa para fortalecer a atuação do PDHC III nos territórios, de forma coordenada com a SFDT/MDA, as Superintendências Federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar dos estados e Colegiados Territoriais, considerando as especificidades locais.	Relatório metodológico	01	627.774,97	627.774,97	novembro/2024	maio/2025
	1.2. Realizar seminários territoriais para ações conjuntas e desenvolvimento da metodologia participativa junto aos colegiados (30 pessoas x 3 dias x 14 territórios).	Seminário	14	41.282,72	577.958,03	novembro/2024	novembro/2027
	1.3 Realizar seminários territoriais de mulheres rurais e PCTs (30 pessoas x 3 dias x 14 territórios).	Seminário	14	41.282,72	577.958,03	novembro/2024	novembro/2027
	1.4. Realizar seminários territoriais de juventude e PCTs (30 pessoas x 3 dias x 14 territórios).	Seminário	14	41.282,72	577.958,03	novembro/2024	novembro/2027
	1.5. Sistematizar demandas dos grupos produtivos e econômicos de mulheres e juventudes a serem apoiados no âmbito desta parceria, em diálogo com os colegiados territoriais.	Relatório	14	36.046,72	504.654,07	novembro/2024	novembro/2025
	1.6. Levantar informações sobre os territórios rurais.	Relatório	14	36.046,72	504.654,07	novembro/2024	novembro/2025
	1.7. Realizar oficinas temáticas sobre políticas públicas da agricultura familiar, MROSC, dentre outros (15 pessoas x 3 dias x 14 territórios).	Oficina	14	7.495,29	104.934,02	novembro/2024	novembro/2027

	1.8. Elaborar ou atualizar de forma participativa Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTs), em diálogo com os Colegiados Territoriais.	Plano	14	72.093,44	1.009.308,15	novembro/2024	novembro/2026
	1.9. Realizar um planejamento territorial participativo da implementação do PDHC III nos territórios rurais.	Plano	14	72.093,44	1.009.308,15	novembro/2024	novembro/2025
	1.10. Realizar seminário com organizações parceiras do PDHC III sobre a operacionalização do MROSC (15 pessoas x 3 dias).	Seminário	01	14.996,87	14.996,87	abril/2025	novembro/2027
TOTAL Meta 1 (R\$)					5.509.504,40		
2. ELABORAR E IMPLEMENTAR UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA CADA TERRITÓRIO RURAL	2.1. Elaborar e implementar um plano de mobilização e comunicação em cada território rural, em diálogo com os Colegiados Territoriais.	Plano	14	103.334,60	1.446.684,43	novembro/2025	novembro/2027
	2.2. Realizar Curso Presencial de 2 dias de duração de Formação em Letramento Digital para os Jovens Agentes Comunitários Rurais - ACR (42 agentes - 3 por território -, 14 ADTs, técnicos e profissionais).	Curso	01	40.809,19	40.809,19	novembro/2025	novembro/2027
	2.3. Produzir conteúdos audiovisuais (podcast, cordel e ebook) a partir das sistematizações de experiência com temas variados.	Conteúdo audiovisual	11	49.273,31	542.006,39	novembro/2025	novembro/2027
TOTAL Meta 2 (R\$)					2.029.500,00		
3. ELABORAR PLANOS E IMPLEMENTAR INVESTIMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS E GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES E COMUNIDADES RESILIENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	3.1. Elaborar ou adequar estudos e planos de viabilidade econômica, adequação sanitária, acesso a mercados, entre outros, das agroindústrias familiares ou cooperadas e grupos produtivos de mulheres, conforme a demanda e em diálogo com os	Plano	42	5.823,31	244.579,00	novembro/2025	novembro/2027

	Colegiados Territoriais.						
	3.2. Realizar pesquisa de campo para identificação e levantamento de demandas energética e hídrica das comunidades resilientes às mudanças climáticas.	Relatório	01	235.122,31	235.122,31	novembro/2025	novembro/2027
	3.3. Implementar unidades referenciais experimentais de tecnologias sociais para convivência com o semiárido brasileiro.	Unidade referencial experimental	06	176.564,77	1.059.388,62	novembro/2026	novembro/2027
	3.4. Formar e capacitar agentes locais em Gestão Energética e Gestão Hídrica.	Agente capacitado	120	974,85	116.982,54	novembro/2026	novembro/2027
	3.5. Adequar a situação jurídica das associações e grupos produtivos para viabilizar o acesso a mercados, em diálogo com os Colegiados territoriais.	Grupo apoiado	42	1.847,64	77.600,92	novembro/2026	novembro/2027
	3.6. Implementar investimentos em agroindústrias e grupos produtivos de mulheres visando a adequação sanitária, agregação de valor e acesso a mercados, conforme os estudos e planos elaborados, em diálogo com os Colegiados Territoriais.	Agroindústria /grupo produtivo apoiado	42	64.093,30	2.691.918,77	novembro/2026	novembro/2027
	3.7. Implementar unidades referenciais e experimentais do Projeto Reaatingamento com mulheres da Caatinga.	Unidade referencial experimental	06	79.563,62	477.381,75	novembro/2026	novembro/2027
	3.8. Realizar intercâmbios entre experiências de comercialização justa e solidária (20 pessoas x 5 dias x 14 territórios).	Intercâmbio	01	194.970,90	194.970,90	novembro/2026	novembro/2027
TOTAL Meta 3 (R\$)					5.097.944,80		
4. OFERTAR PROCESSOS FORMATIVOS E DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ATER AGROECOLÓGICA	4.1. Realizar um curso de Especialização de 360h para 140 Técnicos/as de ATER, agricultores/as e lideranças de forma presencial e EAD.	Curso	01	798.700,84	798.700,84	novembro/2026	novembro/2027
	4.2. Realizar um curso de Extensão de 360h	Curso	01	612.544,97	612.544,97	novembro/2026	novembro/2027

	para 200 Técnicos/as de ATER, juventudes, agricultores/as, experimentadores/as e lideranças de forma presencial e EAD.						
	4.3. Sistematizar experiências, elaborar e distribuir cartilha sobre temas variados em interface com ATER e Consultoria do Observatório.	Cartilha	01	72.357,84	72.357,84	novembro/2026	novembro/2027
	4.4. Sistematizar cadernetas agroecológicas.	Caderneta	420	454,50	190.890,28	novembro/2025	novembro/2027
	4.5. Sistematizar 14 experiências do método LUME e elaborar um Ebook.	Ebook	01	135.990,95	135.990,95	novembro/2026	novembro/2027

TOTAL Meta 4 (R\$)					1.810.484,88		
---------------------------	--	--	--	--	---------------------	--	--

5. MONITORAR E AVALIAR O PDHC	5.1. Desenvolver sistema de informações territoriais e monitoramento do PDHC III.	Sistema	01	545.200,20	545.200,20	novembro/2024	novembro/2027
	5.2. Realizar oficinas territoriais de monitoramento e avaliação do PDHC III (20 pessoas x 3 dias x 14 territórios).	Oficina	42	19.899,25	835.768,57	novembro/2025	novembro/2027
	5.3. Realizar a gestão integrada das ações, sistematizar as oficinas de avaliação e elaborar relatórios parcial e final.	Relatório	02	285.415,62	570.831,24	novembro/2025	novembro/2027

TOTAL Meta 5 (R\$)					1.951.800,00		
---------------------------	--	--	--	--	---------------------	--	--

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO	Gestão administrativa e financeira do projeto	Unidade	01	819.961,70	819.961,70	novembro/2024	novembro/2027
--	---	---------	----	------------	------------	---------------	---------------

TOTAL DO TED (R\$)					17.219.195,78		
---------------------------	--	--	--	--	----------------------	--	--

Os meios de verificação implicam em relatórios entregues e aprovados pela equipe técnica do PDHC.

10. ORÇAMENTO PREVISTO

Orçamento de acordo com as metas

Meta 1

Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Bolsa Coordenador geral (Profissional doutor)	Bolsa	4.500,00	01	36	162.000,00
Bolsa Coordenador pedagógico	Bolsa	3.500,00	01	36	126.000,00
Bolsa coordenador comunicação, arte e cultura	Bolsa	3.500,00	01	36	5.200,00
Bolsa Pesquisadores coordenadores territoriais que participam do consórcio para	Bolsa	2.630,58	05	36	15.500,00

elaboração do diagnóstico, desenvolvimento de metodologia junto aos grupos e organizações, apoio as ações locais (UNIVASF, UNILAB, UFRB, UFPI, UFS). 5 bolsas x 36 meses pesquisadores)					
Bolsa Pesquisador estudante de graduação (18 estudantes, 2 estudantes por instituição)	Bolsa	770,00	10	34	10.500,00
Bolsas para Agentes de Desenvolvimento Territorial - ADT (1 por colegiado, 14 Agentes durante 32 meses)	Bolsa	5.200,00	14	32	2.329.600,00
Subtotal Bolsas (R\$)					3.478.904,40
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Diárias para Realização de 14 seminários territoriais para ações conjuntas e desenvolvimento da metodologia participativa junto aos colegiados. 30 pessoas x 3 dias x 14 territórios	Diária	300,00	-	1260	378.000,00
Diárias para Realização de 14 seminários de mulheres rurais e PCTs. 30 pessoas x 3 dias x 14 territórios	Diária	300,00	-	1260	378.000,00
Diárias para Realização de 14 seminários de juventudes rurais e PCTs. 30 pessoas x 3 dias x 14 territórios	Diária	300,00	-	1260	378.000,00
Diárias para realizar 14 oficinas temáticas (01 por território) sobre temas variados como MROSC, PRONAFs, Crédito, ATER, etc. 15 pessoas x 3 dias x 14 territórios.	Diária	300,00	-	315	94.500,00
Diárias para seminário com organizações parceiras do PDHC III sobre a operacionalização do MROSC. 15 pessoas x 3 dias)	Diária	300,00	-	45	13.500,00

Diárias para Equipe de apoio as Cirandas dos Cuidados para 14 ações territoriais para 6 pessoas (3 diárias)	Diária	300,00	-	252	75.600,00
Diárias para ADTs realizarem diagnóstico, articulação dos colegiados e integração de políticas (14 x 3 diárias por mês x 32 meses)	Diária	300,00	-	1344	403.200,00
Subtotal Diárias (R\$)					1.720.800,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Passagens Aéreas para realização dos cursos de formação, intercâmbios, seminários, reuniões de comitê gestor.	Unidade	1.500,00	-	150	225.000,00
Subtotal Passagens aéreas (R\$)					225.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Locação de veículo (6 veículos x 1 mês)	Unidade	2.900,00	06	03	52.200,00
Locação de veículos (diárias)	Unidade	180,00	70	-	12.600,00
Subtotal Locação veículos (R\$)					64.800,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Combustível (Gasolina comum)	Unidade	8,00	-	2.500,00	20.000,00
Subtotal Combustível (R\$)					20.000,00
TOTAL Meta 1 (R\$)					5.509.504,40
Meta 2					
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Bolsas para Jovens Agentes Comunitários Rurais ACR. 3 jovens por colegiado (42 jovens, 1 PCT, 1 Agricultura Familiar e 01 assentado que vai estar ligado ao processo de animação dos colegiados, comunicação e mobilização)	Bolsa	1.100,00	42	32	1.478.400,00
Bolsa Pesquisador de campo e apoio didático e pedagógico na formação e	Bolsa	2.500,00	02	32	160.000,00

comunicação das juventudes (02)					
Subtotal Bolsas (R\$)					1.638.400,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Impressão de 1000 cadernetas agroecológicas	Unidade	10,00	-	1.000	10.000,00
Contratação de Pessoa Jurídica - Confeção e impressão de 1000 cartazes da Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico	Unidade	10,00	-	1.000	10.000,00
Confeção de 2000 camisas do Projeto PDHCIII. P, M, G e GG Confeccionada em malha tipo baby look e tradicional 100% algodão com estamparia e coloridas.	Unidade	30,00	-	2.000	60.000,00
Confeção de 2000 Ecobags com estamparia do Projeto PDHC III	Unidade	20,00	-	2.000	40.000,00
Confeção de 2000 camisas com estamparia da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico. P, M, G e GG Confeccionada em malha tipo baby look e tradicional 100% algodão com estamparia e coloridas.	Unidade	30,00	-	2.000	60.000,00
Confeção de 2000 Ecobags com estamparia da Campanha Pela Divisão Justa do trabalho Doméstico	Unidade	20,00	-	2.000	40.000,00
Confeção e Impressão de banners 1,20 x 0,80 do Projeto PDHC III (35) e faixas de divulgação (35)	Unidade	150,00	-	70	10.500,00
Subtotal Serviços gráficos (R\$)					230.500,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Contratação de Pessoa Jurídica - Comunicação, elaboração de peças de comunicação, release, banner, folders, Produção de 10 podcasts (roteiro,	Unidade	40.000,00	-	01	40.000,00

gravação, finalização) a partir das sistematizações de experiência com temas variados; Produção de 01 cordel de divulgação do Projeto PDHCIII; Revisão Textual (para livros, cartilhas e material de divulgação do Projeto); Diagramação do material de divulgação do Projeto (folder, panfleto e camisas) e Diagramação e arte para livros, cartilhas e material de divulgação do Projeto					
Subtotal Prestação de serviço PJ (R\$)					40.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Curso de Formação em Letramento Digital para os Jovens Agentes Comunitários Rurais - ACR 42 agentes (3 por territórios), 14 ADT, técnicos e profissionais. Curso de 2 dias	Diária	300,00	-	122	36.600,00
Subtotal Diárias (R\$)					36.600,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Aquisição de tablets 64GB 4G 11" para os ACR, ADT e jovens estudantes. 42 ACR e 14 ADT	Unidade	1.500,00	-	56	84.000,00
Subtotal Equipamentos de informática (R\$)					143.000,00
TOTAL Meta 2 (R\$)					2.029.500,00
Meta 3					
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Equipe de campo 14 pesquisadores de campo, mobilizadores e animadores territoriais (18 meses) com organizações parceiras	Bolsa	2.100,00	06	18	226.800,00
Docentes de EFAs pesquisadores de campo, mobilizadores e animadores	Bolsa	1.521,30	04	24	146.044,80

territoriais (24 meses)					
Estudantes de EFAs assessores de campo	Bolsa	560,00	40	24	537.600,00
Subtotal Bolsas (R\$)					910.444,80
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Contratação de empresa PJ para confecção e impressão de Aventais de algodão com bolso frontal . 30 unidades x 42 experiências e instituições parceiras	Unidade	25,00	-	1260	31.500,00
Subtotal Serviços gráficos (R\$)					31.500,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Contratação de Pessoa Jurídica - Elaboração de 42 projetos técnico-executivos, plano de adequação à legislação, plano de marketing, etc., conforme a demanda e em diálogo com os colegiados territoriais, para os grupos produtivos. 3 em cada território	Unidade	50.000,00	-	01	50.000,00
Implementar 6 unidades referenciais experimentais de tecnologias sociais para convivência com o SAB a exemplo das usinas fotovoltaicas, cisterna 52 mil litros, reuso, saneamento)	Unidade	150.000,00	-	06	900.000,00
Contratação de Pessoa Jurídica - Assessoria técnico-jurídica para adequação da situação jurídica das associações e grupos produtivos para viabilizar o acesso a mercados, em diálogo com os colegiados territoriais	Unidade	50.000,00	-	01	50.000,00
Fortalecimento dos espaços de comercialização - Kit Feira: Aquisição de barracas desmontáveis de feiras. Dimensões 2x2m em aço galvanizado com	Unidade	3.000,00	-	42	2.100.000,00

mesa 2x0,70m com cobertura e lateral em lona.					
Implementar 6 unidades referenciais (01 por estado) e experimentais do Projeto Recaatingamento com mulheres da Caatinga	Unidade	50.000,00	-	06	300.000,00
Compra de equipamentos para a adequação produtiva e acesso a mercados dos 42 grupos produtivos de mulheres rurais.	Unidade	50.000,00	-	42	2.100.000,00
Subtotal Prestação de serviço PJ (R\$)					3.526.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Pesquisa de campo para identificação e fortalecimento de 6 comunidades resilientes. Diárias para equipe técnica de 5 pessoas x 05 dias x 6 experiências	Diária	300,00		150	45.000,00
Pesquisa de campo para levantamento das demandas energética e hídrica das comunidades resilientes às mudanças climáticas. Diárias para equipe técnica de 5 pessoas x 05 dias x 6 experiências	Diária	300,00		150	45.000,00
Formação e capacitação de Agentes locais em Gestão Energética e hídrica. Para 20 agentes locais, equipes técnica e pesquisadores x 6x 3 dias	Diária	300,00		360	108.000,00
06 Intercâmbios entre experiências de comercialização justa e solidárias no semiárido Brasileiro para 20 pessoas x 5 dias x 6 estados	Diária	300,00		600	180.000,00
Subtotal Diárias (R\$)					378.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Aquisição de Computador tipo notebooks 13ª geração Intel Core i5 ou equivalente	Unidade	4.000,00	-	42	168.000,00

Aquisição de Caixa de som bluetooth até 80w RMS e microfone sem fio	Unidade	2.000,00	-	42	84.000,00
Subtotal Equipamentos de informática (R\$)					252.000,00
Meta 4					
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Bolsa para Técnico (02) para apoio didático e pedagógico	Bolsa	2.186,87	02	12	52.484,88
Bolsa para Formadores no curso de especialização (15 formadores x 12 meses)	Bolsa	1.500,00	15	12	270.000,00
Bolsa para Técnico para apoio didático e pedagógico em EAD (02) x 24 meses	Bolsa	1.500,00	02	24	72.000,00
Subtotal Bolsas (R\$)					394.484,88
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Realizar um Curso de Especialização de 360h para 140 Técnicos/as de ATER, agricultores/as lideranças de forma presencial e EAD. 140 x 3 diárias para atividade de campo presencial	Diária	300,00	-	420	126.000,00
Realizar curso de Extensão de 360h para 200 Técnicos/as de ATER, juventudes, agricultores/as experimentadores/as e lideranças de forma presencial e EAD. 200 x 3 diárias para atividades presenciais	Diária	300,00	-	600	180.000,00
Diárias para realização de 14 intercâmbios formativos territoriais como atividades curriculares complementares. 30 pessoas x 3 dias x 14 territórios	Diária	300,00	-	1260	378.000,00
Diárias para realização de 14 oficinas formativas territoriais. 20 pessoas x 3 dias x 14	Diária	300,00	-	840	252.000,00
Diárias para realização de 1 seminário de apresentação e lançamento do Curso	Diária	300,00	-	180	54.000,00

de Especialização. 60 pessoas x 3 dias					
Diárias para realização de 1 seminário de conclusão das atividades pedagógicas e encerramento do Curso de Especialização 60 pessoas x 3 dias	Diária	300,00	-	180	54.000,00
Implementar e sistematizar 14 experiências a partir do método Lume (15 diárias para cada visita em territórios com duração de três dias, com equipe composta por 2 profissionais , 01 ADT, 02 ACR)	Diária	300,00	-	210	63.000,00
Implementar uso da caderneta agroecológica junto a 420 mulheres (30 mulheres para cada território, tendo em média 5 grupos por território) , prevendo 3 visitas em média por experiência =630 diárias	Diária	300,00	-	630	189.000,00
Subtotal Diárias (R\$)					1.296.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Contratação de Pessoa Jurídica - Elaboração e Sistematização da Cartilha sobre temas variados em interface com ATER e Consultoria do Observatório e Sistematização das Cadernetas Agroecológicas	Unidade	60,000,00	-	01	60,000,00
Contratação de Pessoa Jurídica - Análise e Sistematização do Método Lume; acompanhamento no processo formativo das equipes de ATER, Elaboração e Sistematização do Ebook apresentando os dados das 14 sistematizações	Unidade	60,000,00	-	01	60,000,00
Subtotal Prestação de serviço PJ (R\$)					120.000,00
TOTAL Meta 4 (R\$)					1.810.484,88
Meta 5					

Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Bolsa Coordenador de Gestão Territorial	Bolsa	10.000,00	1	12	120.000,00
Bolsa para coordenador do sistema	Bolsa	3.500,00	1	36	126.000,00
Bolsa para coordenador de time de desenvolvimento	Bolsa	3.000,00	1	36	108.000,00
Bolsa de pesquisador para desenvolvimento da interface gráfica do sistema	Bolsa	2.100,00	1	30	63.000,00
Bolsa de pesquisador para desenvolvimento do backend do sistema	Bolsa	2.100,00	1	30	63.000,00
Bolsa de pesquisador para desenvolvimento do sistema, banco de dados e devops	Bolsa	2.100,00	1	36	75.600,00
Coordenador de gestão financeira e administrativa	Bolsa	3.500,00	1	36	126.000,00
Apoio para assessoria jurídica, gestão financeira e administrativa	Bolsa	3.500,00	1	36	126.000,00
Assessoria contabilidade e gestão financeira 1	Bolsa	1.500,00	1	36	54.000,00
Assessoria contabilidade e gestão financeira 2	Bolsa	1.500,00	1	24	36.000,00
Bolsa para Articuladores Estaduais do PDHC (1 por SFDA, nos 10 estados da área de abrangência)	Bolsa	5.200,00	10	12	624.000,00
Bolsa SET para apoio administrativo em BSB	Bolsa	5850,00	1	12	70.200,00
Subtotal Bolsas (R\$)					1.591.800,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Duração (meses)	Total (R\$)
Contratação dos serviços pelo período de 3 anos para: repositório de código fonte, servidores de dados (bancos de dados, data lake e data marts), servidor do sistema de monitoramento, servidor para o sistema de processamento de dados (ETL).	Unidade	2.000,00	01	36	72.000,00

Subtotal Prestação de serviço PJ (R\$)					72.000,00
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Diárias para realizar 14 oficinas territoriais de monitoramento e avaliação do PDHC III. 20 pessoas x 3 dias x 14 territórios.	Diária	300,00	-	840	252.000,00
Diárias para realização de 1 seminário de Monitoramento e Avaliação com comitê gestor	Diária	300,00	-	120	36.000,00
Subtotal Diárias (R\$)					288.000,00
TOTAL Meta 5 (R\$)					1.951.800,00
Subtotal dos Gastos (1 + 2 + 3 + 4 + 5) (R\$)					16.399.234,08
Meta 6					
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	-	Quantidade	Total (R\$)
Fundação de Apoio	Unidade	819.961,70		01	819.961,70
TOTAL DO TED (R\$)					17.219.195,78
11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
MÊS/ANO		VALOR (R\$)		FONTE FINANCIADORA	
Novembro/2024		5.739.731,93		3000 - Nacional	
Julho/2025		11.479.463,85		3000 - Nacional	
12. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD					
	CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO (R\$)		
	335039	Não	15.987.034,08		
	335039	Sim	1.232.161,70		
13. EQUIPE CHAVE					
Levando em consideração o papel agregador e complexo das abordagens metodológicas empregadas, a equipe técnica do projeto e sua coordenação serão formadas por um grupo especializado de doutores com vasta experiência no objeto da proposta, conforme descrito no quadro abaixo.					
Nome	Instituição	Currículo Lattes			
Laeticia Medeiros Jalil (coordenadora)	UFRPE	http://lattes.cnpq.br/3792267648624578			
Ana Carolina Aguerri Borges da Silva	UFRPE	http://lattes.cnpq.br/1395434012645072			
Cecilia Tayse Muniz Teixeira	UFRPE	http://lattes.cnpq.br/3028827712204284			
Tarcísio Augusto Alves	UFRPE	http://lattes.cnpq.br/0520773156070065			
Gabriel Alves de Albuquerque Júnior	UFRPE	http://lattes.cnpq.br/1399502815770584			
Marcelo Casimiro Cavalcante	UNILAB	http://lattes.cnpq.br/5633360951542828			
Jaqueline Sgarbi Santos	UNILAB	http://lattes.cnpq.br/0704790101768693			
Sinevaldo Gonçalves de Moura	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6787794286116688			
Caio de Meneses Cabral	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6507131728503433			
Lucas Oliveira do Amorim	UFRB	http://lattes.cnpq.br/6565001811766097			
14. PROPOSIÇÃO					
Recife, novembro de 2024					
Maria José de Sena Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco					
15. APROVAÇÃO					

Brasília, novembro de 2024

Moisés Savian

Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSÉ DE SENA, Usuário Externo**, em 05/11/2024, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOISES SAVIAN, Secretário**, em 08/11/2024, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38677010** e o código CRC **7E6AEB96**.